

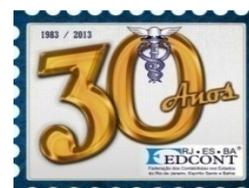


Filiado à



BOLETIM ANO III – Nº 142

Rio de Janeiro, 09 de Outubro de 2013



FEDERAÇÃO PRESENTE AO XII CONSIG EM LISBOA PORTUGAL, NOS DIAS 2, 3, E 4 DE OUTUBRO



Na foto, da esq. para direita: Egberto Bastos - Diretor da Fedcont; Francisco C. Pegado-secretário da UGT; Luiz Sergio da Rosa Lopes - Presidente da Fedcont; Antonio Medeiros -superintendente do trabalho em São Paulo; Francisco Antônio Feijó - Presidente de honra da UMPL e Almir Mota - diretor adjunto da CNPL, após a abertura do evento.

No auditório do NOVOTEL LISBOA, realizou-se o **XII CONSIG CONGRESSO DE SINDICALISMO GLOBAL**, no período de 2 a 4 de outubro corrente. Com a presença de mais de 100 dirigentes sindicais, de três continentes, o evento transcorreu com intensa participação de todos. Também participaram vários convidados, em particular os brasileiros, dentre os quais o desembargador do TRT de São Paulo Francisco Nazar ; o superintendente do ministério do trabalho em São Paulo Antônio Medeiros, o deputado Marco Maia e o deputado Cherim, entre outros.

Muito debatida, a situação da crise europeia e seus reflexos na América Latina . Em Portugal o índice de desemprego chega a 17 por cento, sendo entre os jovens de mais de 30 por cento. Na Espanha, Grécia, Itália e demais países, com exceção da Alemanha, os índices são

altíssimos, provocando uma intensa migração entre os países da comunidade europeia. Aliada a esta situação, os governos vem reduzindo os gastos, cortando e demitindo funcionários públicos, diminuindo o valor das aposentadorias e cortando gastos sociais, deixando grande parte da população ao desamparo. Este quadro caótico e sem perspectiva de reversão a curto prazo, vem provocando profunda reação contra o controle que a Alemanha exerce sobre a economia continental.



Luiz Sergio Rosa Lopes - Presidente da FEDCONT; Carlos Alberto Schimitz - Presidente da CNPL (centro) e Wilson Vanderlei Vieira-organizador e presidente do CONSIG e da FENTEC.

TST DECIDE QUE CORREIOS PODEM CONTRATAR TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

André Richter - Repórter da Agência Brasil

Brasília – O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu hoje (7) que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) pode fazer licitação para contratação temporária de trabalhadores para transportar objetos pessoais. Os ministros decidiram manter decisão do presidente da corte, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que cancelou a proibição em julho.

O órgão analisou um recurso da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) contra decisão do presidente. Na ação, a federação defendeu a proibição e informou a empresa tem 8 mil empregados terceirizados.

A maioria dos ministros entendeu que as licitações temporárias garantem o funcionamento do serviço de entregas. Segundo Reis de Paula, a proibição de contratação de trabalhadores e de transporte terceirizados poderia paralisar os Correios “prejudicando, de forma direta, a população brasileira”.

O TST deve julgar amanhã (8) o dissídio entre os Correios e a Fentect. Os funcionários dos Correios estão em greve desde o dia 17 de setembro e, para voltar ao trabalho, pedem

aumento real de 15% sobre os salários, reposição da inflação de 7,13%, aumento linear de R\$ 200, reposição de 20% de perdas salariais e jornada de seis horas diárias para os atendentes.

A proposta dos Correios é reajuste de 8%, reposição salarial de 6,27%, ganho real de 1,7%, vale extra de R\$ 650,65 e vale-cultura. De acordo com a empresa, os trabalhadores têm benefícios médico-hospitalares e odontológicos pagos pela empresa.

Fonte: Agência Brasil, 08/10/13

EM 2014 O e-SOCIAL SERÁ OBRIGATÓRIO

Zulmira Felício

Previsto para o próximo ano, o e-Social é mais um braço do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), implantado em 2005 e instituído oficialmente em 2007. Esse novo componente do Sped é uma forma de registro digital dos eventos trabalhistas que abrangerá a folha de pagamento e as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas à contratação e utilização de mão de obra onerosa, com ou sem vínculo empregatício. Além de atender às demandas de informação da Receita Federal, o projeto inclui o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho. Obrigações acessórias

"O e-Social visa aumentar a arrecadação mediante a transparência do controle fiscal, facilitar a fiscalização, combater a sonegação e garantir direitos e acesso à informações aos trabalhadores. Com o novo sistema, algumas obrigações acessórias devem ser eliminadas a partir de 2015, como Dirf, Rais, Caged e Manad", explica Kelly Cristina Ricci Gomes, sócia da De Biasi Auditores Independentes.

Em relação à GFIP, a expectativa é que as empresas optantes pelo Lucro Real fiquem desobrigadas da entrega a partir de julho do próximo ano, e as do Lucro Presumido e Simples Nacional, em novembro, meses em que já deverão transmitir o e-Social com os eventos de folha de pagamento e apuração dos tributos.

Já os cadastros iniciais no sistema deverão ser realizados até 30 de abril para as empresas optantes pelo Lucro Real e 30 de setembro para as demais.

"Conforme calendário proposto no âmbito do projeto, as micros e pequenas empresas terão fases de implantação distintas, pois dependerá do enquadramento tributário e da quantidade de colaboradores registrados na empresa. O e-Social será obrigatório para todos os empregadores, desde o empregador doméstico, passando pelo Micro Empreendedor Individual (MEI) até as empresas multinacionais. O que muda é o cronograma de implantação", acrescenta Mauro Negrini, diretor da Decision IT e membro do Grupo de Trabalho do Sped com empresas-piloto.

Para microempresa

Vanessa de Oliveira Bastos, especialista em Direito Previdenciário e consultora trabalhista e

previdenciária da De Biasi Auditores Independentes, ressalta, ainda, que se a microempresa não tiver empregados, mas sócio com retirada de pró-labore, contratar trabalhadores autônomos, tomar serviços de retenção previdenciária obrigatória (cessão de mão de obra) ou contratar serviços de cooperativas de trabalho, precisará proceder à entrega do e-Social, pois são informações que deverão constar no arquivo.

Conforme a Receita Federal, será disponibilizado um acesso direto no Portal do e-Social (WWW.esocial.gov.br) para que empregadores de pequeno porte, inclusive as MEI's, possam declarar as informações diretamente no site. "A expectativa é de que este acesso já seja disponibilizado para preenchimento de informações de acordo com o perfil de cada pequeno empregador, a fim de evitar informações incorretas", diz Vanessa.

Contrato de serviços

Nos casos em que o contratante de serviços ou do prestador tiver informações a serem prestadas no e-Social deverá fazê-lo pelo portal, de forma manual ou pelo uso de webservices, sistemas de computador que permitem a uma máquina "conversar" com a outra.

A empresa trocará informações do e-Social com os computadores do Serviço de Processamento de Dados do governo federal (Serpro), enviando o que deseja e recebendo os recibos de entrega. O que determinará o tipo de acesso será o volume.

Por exemplo, para aqueles com até dois empregados enquadrados no Simples Nacional haverá a necessidade de informar os dados da e-Social no portal. Assim como as MEI's.

Negruni informa que para as demais empresas, aquelas com maior quantidade de informações a serem prestadas, recomenda-se o uso dos sistemas webservices pela segurança e facilidade de uso.

Ressalte-se que as empresas que possuem seus registros em escritórios contábeis deverão verificar seus processos de informação, pois o que atualmente compõe uma rotina mensal poderá ser afetado pela forma de envio no momento do evento, conforme já prevê a legislação atualmente.

Fonte: DCI – SP

INSTITUIÇÕES DO BRASIL TERÃO QUE CUMPRIR LEGISLAÇÃO AMERICANA

Ernani Fagundes

Os dez principais bancos brasileiros com subsidiárias nos Estados Unidos terão que cumprir a nova legislação (Dodd Frank Act) de reforma financeira nos mercados americanos até julho de 2015.

"Seguramente as principais instituições financeiras nacionais com subsidiárias nos EUA terão que se adaptar, e isso exige preparação, demanda sistemas de TI [tecnologia da informação] e essa exigência regulatória aumenta os custos", avaliou o sócio de gestão de riscos regulação da consultoria PwC, Marcus Manduca.

O especialista explicou que entre as novidades da nova legislação americana está a entrega anual do Plano de Resoluções e Contingências, um relatório que detalha quais são os planos emergenciais da empresa no caso de uma falência. "O plano de contingência estratégica terá que prever a manutenção de atividades críticas no caso de uma eventual falência e detalhar a necessidade de capital para atender esse plano." Manduca apontou que independentemente da legislação americana, que "seria" bom que as empresas brasileiras também buscassem a elaboração de planos de recuperação judicial bem definidos. "2015 não é tão longe assim e requer relativa atenção e disciplina para cumprir os prazos", alertou.

A nova legislação da reforma financeira nos Estados Unidos estabelece duas faixas de exigências, uma menor para instituições com ativos entre US\$ 10 bilhões e US\$ 50 bilhões, e outra regulação mais abrangente para instituições com mais de US\$ 50 bilhões em ativos. "A preocupação dos Estados Unidos é com o seu próprio mercado, mas as instituições brasileiras terão que fornecer as informações solicitadas aos diferentes reguladores. O objetivo deles é criar um sistema financeiro mais estável", afirmou Manduca. Em discurso proferido ontem no Congresso de Gestão de Riscos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Pereira, apontou que a legislação brasileira caminha para a harmonização com a legislação internacional.

"Há uma tendência de harmonização regulatória internacional. O Brasil participa de reuniões periódicas da Iosco, a organização internacional que reúne as comissões de valores de mercado de capitais, três dessas reuniões por ano tratam especificamente de riscos nas instituições", diz.

Sobre o horizonte dessas mudanças, Pereira disse em seu discurso que a CVM já está trabalhando no plano estratégico para 2023. "Adotamos três pilares, a supervisão preventiva cujos resultados são discutidos e apresentados ao Conselho Monetário Nacional (CMN); a identificação de novos riscos que é discutida num comitê interno em reuniões bimensais; e a atuação do Comitê de Riscos Institucionais que foi criado nesse ano [2013]", relatou Pereira.

Risco de contraparte

O presidente da CVM também mencionou que o regulador vai assegurar que o mercado de capitais brasileiro continue a crescer em bases sólidas.

"Nesse momento que novos participantes querem entrar em nosso mercado devemos assegurar o risco mínimo da contraparte", apontou.

Uma central de contraparte oferece garantias para que os participantes possam comprar e vender ativos e derivativos com a segurança de que receberam seus prêmios (lucros) ou produtos transacionados da outra parte.

Pereira referia-se indiretamente a entrada de novos competidores internacionais [Americas Trading Group e Bats] no mercado de capitais nacionais e do papel das centrais de negociação, custódia e de liquidação, trabalho atualmente realizado pela Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

Para o gerente de controle de riscos do Itaú Unibanco, Eduardo Monteoliva de Toledo, a

adoção de centrais de contraparte vai promover a migração gradual do mercado de balcão para o mercado eletrônico padronizado.

"A tendência é de aumento dos volumes e maior transparência nas operações", diz o gerente. No evento, o diretor de gerenciamento de risco quantitativo do Morgan Stanley, Eduardo Canabarro, disse que o mercado de derivativos americano movimentou um valor "nacional" de US\$ 600 trilhões para um PIB [produto interno bruto] de US\$ 17 trilhões.

"A exposição dos principais bancos hoje são concentrados em centrais de contraparte, mas não temos experiência do risco dessa concentração, ainda precisamos conhecer os efeitos colaterais disso. O lado negativo é que as centrais podem ficar muito grandes para falhar", diz.

Fonte: DCI – SP

REFORMA DO ISS. PREPAREM O BOLSO

*Daniel Branco**

Sejamos breves: preparem o bolso, pois a tributação irá aumentar. Nas últimas semanas foi noticiado que será apresentado um novo projeto de reforma do Imposto sobre Serviços (ISS) com os seguintes objetivos: "eliminar a guerra fiscal"; e "aumentar a capacidade de arrecadação". Essas expressões são a cobertura de chocolate sobre um bolo mofado. O que se quer na verdade é pura e simplesmente mais dinheiro.

A última vez que a legislação federal do ISS foi alterada foi no ano de 2003. A arrecadação total deste imposto passou de R\$ 9,8 bilhões para mais de R\$ 60 bilhões ao ano.

Propostas federais de alteração do ISS tramitam aos montes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados já há alguns anos sem uma conclusão final. As propostas vão desde a inclusão de diversos itens na lista de serviços – incluída aí a locação de bens, que já foi expressamente declarada inconstitucional pelo STF – até a alteração da forma e local da arrecadação, passando do local da empresa para o local do tomador.

Alega-se que irão acabar com a "guerra fiscal". Puro engodo. A chamada "guerra fiscal" nada mais é que a observância das normas legais para os municípios cobrarem o que bem entendem do imposto que lhes compete. Entretanto, como na política brasileira de nada vale a lei, diversos municípios simplesmente ignoram a soberania dos municípios legalmente habilitados e resolvem cobrar um imposto que não lhes pertence com argumentos estapafúrdios, criando um inferno para todas as pessoas envolvidas na operação. Quando estes "municípios criativos" veem suas pretensões serem destruídas no Judiciário, rapidamente alegam que existe uma guerra fiscal e exigem uma reforma.

Imaginem um vendedor que cobra R\$ 2,00 por seu produto, enquanto um concorrente vende um similar por R\$ 80,00 e, por isso, vive às moscas. Incomodado com o fato, este concorrente, monta uma barricada e começa a cobrar um pedágio de R\$ 78,00 das pessoas, piorando a situação de todos os envolvidos. Quando finalmente uma ordem judicial o impede de fazer isso, este concorrente alega que existe uma guerra fiscal e quer uma reforma. Texto da reforma? Obrigar todas as pessoas a comprarem seu produto ou, então, obrigar que o primeiro vendedor cobre R\$ 80,00.

A proposta de reforma a ser encaminhada ao poder federal está literalmente nesta linha. Os pontos que identificaram como alvo do aumento de arrecadação são os seguintes: Leasing e cartões de crédito – que passarão a pagar ISS para o local do tomador do serviço; Tecnologia em geral – mediante a cobrança de ISS para criação de aplicativos para smartphones e manutenção de computadores. Já existem inclusive projetos de lei que preveem a tributação da “computação na nuvem”.

Como ainda não há um acordo sobre o texto final, pode haver mudanças em detalhes da reforma, mas fiquem preparados: a intenção é mandar a reforma com caráter de urgência para ser aprovada ainda este ano e passar a valer a partir de 2014.

* Daniel Branco é gerente na Branco Consultores Tributários.

Fonte : Jornal do Brasil 07/10/2013

VITÓRIA É A 4ª CAPITAL DO PAÍS QUE MAIS COBRA IMPOSTOS

Vitória é a quarta cidade brasileira em que os habitantes mais pagam impostos e tributos municipais em geral. Em média, cada cidadão da Capital capixaba pagou, em 2012, R\$ 1.392,59, o que resultou em um total arrecadado aos cofres municipais de R\$ 463,958 milhões. O valor per capita está muito acima da média nacional, estimada em R\$ 437 a partir dos dados dos últimos dois anos. O levantamento foi feito pela Folha com dados do Tesouro Nacional e levou em conta as 100 cidades mais populosas do país.

No Estado, Vila Velha também supera a média nacional de recolhimento de impostos, com R\$ 488,83 pagos por cada cidadão no ano passado. Já Serra e Cariacica ficam abaixo da média, com R\$ 411,43 e R\$ 209,38, respectivamente.

Detalhes

Em Vitória, a taxa que mais pesou no bolso foi o Imposto Sobre Serviços (ISS). Do valor total arrecadado de cada cidadão (R\$ 1.392,59), esse tributo foi responsável por R\$ 1.049,63. Em segundo lugar ficou o Imposto predial territorial urbano (IPTU). Cada cidadão da Capital pagou, em média, R\$ 148,44. O Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis arrecadou de cada pessoa, em média, R\$ 117,95. Por fim, taxas diversas foram responsáveis por R\$ 76,58 no total pago aos cofres municipais. Já em Vila Velha, cidade que teve a média acima da nacional, o ISS foi responsável por R\$ 271,38 do total de R\$ 488,83 pago pelo cidadão. O IPTU respondeu por R\$ 71,94, o ITBI por R\$ 68,55 e taxas diversas responderam por R\$ 76,95. Na Serra e em Cariacica, o ISS respondeu por R\$ 272,26 e R\$ 157,61, respectivamente. Já de IPTU, o morador da Serra pagou R\$ 54,02 e de Cariacica, R\$ 22,28. De ITBI o valor foi de R\$ 52,31 e R\$ 10,99, e de taxas diversas, R\$ 32,83 e R\$ 18,50, respectivamente.

O PREÇO DE ESTAR NAS CIDADES

Veja o quanto cada cidadão pagou em impostos em 2012.

O ranking levou em conta os cem municípios mais populosas do país

Colocação	Cidade	Total arrecadado (R\$)	Média por habitante (R\$)
1°	Santos (SP)	694,622 milhões	1.655,38
2°	São Paulo (SP)	16,389 bilhões	1.440,01
3°	Guarujá (SP)	410,824 milhões	1.394,19
4°	Vitória (ES)	463,958 milhões	1.392,59
5°	Rio de Janeiro (RJ)	7,013 bilhões	1.097,49
6°	Niterói (RJ)	522,708 milhões	1.062,83
7°	Praia Grande (SP)	287,983 milhões	1.057,25
8°	Campinas (SP)	1,057 bilhão	962,29
9°	Jundiaí (SP)	330,588 milhões	876,47
10°	Curitiba (PR)	1,547 bilhão	870,76
35°	Vila Velha (ES)	207,725 milhões	488,83
48°	Serra (ES)	173,856 milhões	411,43
75°	Cariacica (ES)	73,792 milhões	209,38

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

Nacional

A campeã na cobrança de tributos é Santos, no litoral de São Paulo. Na cidade, cada morador pagou R\$ 1.655,38 em 2012 somente em impostos do município. Em segundo vem São Paulo, com R\$ 1.440,01 por pessoa e Guarujá, também no Estado de São Paulo, com a média de recolhimento de R\$ 1.394,19 per capita. São Paulo ainda leva outro triste título. É a capital brasileira cujos habitantes mais pagam em IPTU e tributos municipais em geral. Em média, cada paulistano pagou R\$ 1.440,01 aos cofres da prefeitura em 2012, muito acima da média nacional, que pode ser estimada em R\$ 437 por pessoa a partir dos dados dos últimos dois anos.

Fonte: A Gazeta Online (07/10/2013)

MINISTRO DO TRABALHO ANUNCIA NOVO SISTEMA ÚNICO DE EMPREGO

O ministro do Trabalho, Manoel Dias, anunciou nesta segunda-feira (7), que vai discutir com a sociedade civil a implementação de um mecanismo único de emprego no país, que vai substituir o atual Sistema Nacional de Emprego (Sine). O anúncio ocorreu na abertura do I Seminário de Promoção de Política Nacional do Emprego e Trabalho Decente da região Centro-Oeste, em Brasília.

“Vamos discutir com a sociedade civil a criação de um sistema nos moldes do sistema único de saúde e da assistencial social. A intenção é, ao fim dos cinco seminários que vamos realizar em todo país, possamos apresentar a proposta de um novo Sine, que responda a necessidade do mercado de trabalho”, disse o ministro

Segundo o ministro, a proposta é que o novo Sine absorva novas atividades e seja o protagonista da política de intermediação de mão-de-obra no país. “Vamos reestruturar o sistema e para isso estamos ouvindo a sociedade, por meio dos seminários tripartites que vão acontecer em todas as regiões. O sistema precisa de uma reforma para recuperar o seu protagonismo e não queremos fazer isso sozinhos e sim ouvindo a sociedade”, afirmou.

O diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder, que participou da abertura do evento, acentuou a importância dos seminários. “Nenhum país tem hoje um modelo de discussão tripartite e o Brasil é referência”.

Segundo o diretor da OIT, os seminários “são uma oportunidade para debater e aprofundar os grandes desafios da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente”, ocorrida em Brasília em agosto de 2012.

No seminário, será apresentado o relatório final da I Conferência e a Política Nacional de Promoção do Trabalho Decente, com foco nos eventos da Copa do Mundo em 2014 e nas Olimpíadas de 2016. “O Trabalho Decente é um compromisso assumido pelo governo brasileiro e queremos que ele seja uma realidade nos eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas que vão ocorrer no Brasil”, finalizou o ministro

Fonte: Diário do Comércio e Indústria, 08.10.2013

FLORIANÓPOLIS - NA 3ª EDIÇÃO DO FÓRUM DE ATUALIZAÇÃO SINDICAL

REALIZADA PELA CNPL



“A dinâmica do atual momento do movimento sindical das profissões liberais sob a ótica da atualização dos dirigentes das entidades filiadas, com foco, também, na formação de novas lideranças sindicais.”

Esta é, em síntese, a principal plataforma de debates e discussões do ciclo de ‘Fóruns de

Atualização Sindical', que acontecerão durante todo o ano de 2013, em todas as regiões brasileiras, patrocinado e organizado pela Confederação Nacional das Profissões Liberais, juntamente com seus parceiros preferenciais. Participe!

No próximo dia 25 de outubro /2013 .

Local: Mercure Florianópolis centro, localizado na Rua Felipe Schmidt 1102 – Centro – Florianópolis

Programação sugerida

25/10/13

09h00 – 10h00 Credenciamento

10h15 – 10h30 Abertura

10h30 – 12h30 O Estado e as Normatizações para o Movimento Sindical (Zilmara Alencar)

12h30 – 14h30 Almoço

14h30 – 16h00 Cenário Político no Brasil e o Movimento Sindical dos Profissionais Liberais (André Santos)

16h00 – 16h30 Coffee Break

16h30 – 18h00 Direito Trabalhista (Desembargador Francisco Meton Marques de Lima)

18h00 – 18h30 Conclusões / Encerramento

20h00 – Jantar

Maiores Informações e Inscrições : www.cnpl.org.br